



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

SGAS - AV. L/2 - Quadra 607 - Lote 50 - 70.200-670 - Brasília / DF

Tel: (61) 2022-7685 – Fax (61) 2022-7684

Ofício nº 53 /CES/CNE/MEC

Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Ao Senhor

RICARDO PEREIRA COSTA

Pró-Reitor de Ensino

Instituto Federal Sul-Rio-Grandense

Praça José Bonifácio, 03 - Centro

96015-170 – Pelotas - RS

Assunto: **Resposta ao Ofício PROEN nº 010/2013**

Senhor Pró-Reitor,

1. Recebemos neste Conselho Nacional de Educação (CNE), o ofício em epígrafe, protocolado sob o nº 042641.2013-64, por meio do qual Vossa Senhoria solicita *parecer relativamente à competência legal dos IFES em proceder à revalidação dos diplomas de cursos de bacharelados e licenciaturas legalmente emitidos por instituições educacionais estrangeiras.*

2. O artigo 48, § 2º da Lei 9.394/1996 estabelece:

Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. (Grifo nosso)

3. Conforme a Resolução CNE/CES nº 8/2007, que estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, determina o artigo 3º:

Art. 3º São competentes para processar e conceder as revalidações de diplomas de graduação, as universidades públicas que ministrem curso de graduação reconhecido na mesma área de conhecimento ou em área afim.

4. Consoante o disposto no § 3º do artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, *os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica. (Grifo nosso)*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

SGAS - AV. L/2 - Quadra 607 - Lote 50 - 70.200-670 - Brasília / DF
Tel: (61) 2022-7685 – Fax (61) 2022-7684

5. O § 1º do artigo 2º da mesma Lei dispõe que:

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

6. Dessa forma, esclarecemos que a mencionada Lei não equiparou os Institutos Federais às universidades para outros efeitos. Portanto, a competência para revalidar diplomas de graduação (bacharelados e licenciaturas) expedidos por instituições estrangeiras é exclusiva de universidades públicas, conforme consta na Lei 9.394/1996.

7. Eram os esclarecimentos a serem prestados.

Atenciosamente,


ERASTO FORTES MENDONÇA
Presidente